



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 22/07/14

80 TC-001995/003/07

Contratante: Prefeitura Municipal de Americana.

Contratada: Máxima Comunicação Propaganda e Marketing Ltda.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Erich Hetzl Junior (Prefeito).

Objeto: Serviços técnicos de publicidade, comunicação e marketing.

Em Julgamento: Termos de Aditamento celebrados em 29-08-07, 19-12-07 e 20-06-08. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, publicada(s) no D.O.E. de 24-01-14.

Advogado(s): Eduardo Moreira Mongelli, Camila Barros de Azevedo Gato e outros.

Fiscalizada por: UR-3 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-3 - DSF-I.

1. RELATÓRIO

1.1. Em exame os **2º, 3º e 4º Termos de Aditamento** subsequentes ao Contrato s/nº de 17/11/06 celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Americana** e a empresa Máxima Comunicação Propaganda e Marketing Ltda., objetivando a prestação de serviços técnicos de publicidade, comunicação e marketing.

1.2. Conforme v. Acórdão de 22/11/2012, publicado no DOE de 28/11/2012, o Plenário desta Corte, em sessão realizada em 06/11/2012, julgou, em sede de recurso ordinário, definitivamente irregulares a precedente concorrência e o contrato originário e o termo de aditamento anterior (fls.572).

1.3. Os instrumentos subsequentes foram formalizados na forma como segue:

2º Termo de Aditamento de 29/08/2007, que visou o aumento da quantidade de serviços de produção e veiculação e majoração de R\$600.000,00 no valor inicialmente contratado;

3º Termo de Aditamento de 19/12/2007, que visou à prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, fixando o valor de R\$1.200.000,00;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



4º Termo de Aditamento de 20/07/2008, que visou o acréscimo de serviços no valor de R\$209.270,00;

1.4. Na instrução do processo, a Unidade Regional de Campinas/UR-3 considerou irregulares os termos aditivos pelo princípio da acessoriedade.

1.5. Regularmente notificada, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, a origem trouxe aos autos justificativas de fls.710/713, em resumo no sentido de que os aditamentos foram celebrados antes da decisão do Plenário da Corte.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



2. VOTO

2.1. A matéria é irregular pelo princípio da acessoriedade, pois os precedentes vícios detectados, que levaram ao juízo de irregularidade da contratação originária, por consequência lógica, estendem-se aos procedimentos adotados posteriormente.

2.2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, *“a acessoriedade recai tanto nos termos firmados anteriormente ao julgamento definitivo da licitação quanto naqueles onde já havia sido dado conhecimento da ilegalidade, uma vez que tais instrumentos são acessórios do ajuste principal e não da decisão que considerou irregulares os atos.”*¹

2.3. Assim, resultou evidente a natureza acessória dos instrumentos aditivos subsequentes, razão pela qual não há como considerá-los regulares, uma vez que não importa o momento em que foram assinados, se antes ou após a prolação da decisão definitiva, pois este Tribunal apenas declara irregularidade já preexistente.

2.4. De tudo quanto exposto, **Voto pela irregularidade dos Termos de Aditamento em exame, determinando** o acionamento do disposto nos **incisos XV e XXVII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº. 709/93**, concedendo ao Exmo. Prefeito Municipal de Americana o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, para que informe esta Corte acerca das providências adotadas em face das irregularidades constatadas.

MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO
AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

¹ TC-013228/026/06 – Relatora Conselheira Cristiana de Castro Moraes – Sessão do Egrégio Plenário de 13/11/13.